

Escola e sociedade inclusiva

Ações sociais

As desigualdades entre as pessoas representam a fragilidade da sociedade mundial presente em diferentes momentos da história. Conhecemos de perto a má distribuição de renda, a oferta de oportunidades postas de forma diferente aos moradores de regiões rurais e urbanas, entre escolas públicas e privadas, entre minorias sociais como os portadores de necessidades especiais, população indígena e quilombolas.

De acordo com o Censo IBGE 2000, o Brasil tem 24,5 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde ao índice de 14,5% da população do país. Dessas, 48,1% foram declaradas deficientes visuais, 22,9% com deficiência motora, 16,7% com deficiência auditiva, 8,3% com deficiência mental e 4,1% com deficiência física.

Diante desses números o estado procura cada vez mais aprimorar as suas ações a fim de atender mais e melhor a essa demanda. Um estado democrático só configura-se como tal quando propicia aos seus integrantes acesso e permanência aos bens culturais, econômicos e educacionais comuns a todos, sem restrição de qualquer ordem. É o que chamamos de sociedade inclusiva.

Ações políticas

A formação continuada de professores, o provimento de recursos materiais, técnicos, estruturais e financeiros, a garantia de vaga, a elaboração e cumprimento de leis, a criação de redes de apoio para o processo de inclusão, a descentralização de poder nos âmbitos municipais, estaduais e federais, são algumas das ações políticas que o poder público como um todo deverá assumir como garantia no processo de inclusão social dos sujeitos com necessidades especiais.

Muitas das orientações que o governo coloca são de ordem federal, no entanto, é importante que haja a descentralização do poder, uma vez que cada estado e município deverá ser capaz de organizar as suas demandas de acordo com a realidade local. Com essas ações, direcionadas para as necessidades de cada região, teremos a resposta positiva no processo de inclusão em todo o território nacional.

No que diz respeito ao provimento de recursos tanto do poder público como do privado, destacam-se:

- **materiais:** significa a disponibilização de equipamentos, próteses, órteses e outros materiais que se fizerem necessários para melhorar o acesso e a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais.
- **técnicos:** a capacitação e a formação continuada de pessoas que lidam direta ou indiretamente com as necessidades especiais dessa clientela.
- **estruturais:** diz respeito à adaptação física em prédios públicos e particulares que garantam a acessibilidade em todas as instâncias, quer seja de rampas, corrimãos, sistemas de escritas em Braille, recursos luminosos, legendas e intérpretes de Libras para garantir a mobilidade e a comunicação de pessoas surdas, cegas e com dificuldades motoras.
- **financeiros:** essa ação representa o direcionamento de parte da arrecadação da receita para o investimento e manutenção das ações supracitadas, como também através do abatimento de impostos e a minimização de custos para esses fins.

Ações escolares

O acesso à educação de qualidade é a maior representação de cidadania. Através dela nos preparamos para a vida social, cultural e nos instrumentalizamos para o trabalho, ao mesmo tempo essa oferta representa um dos maiores desafios para a política brasileira, sobretudo aquela ofertada aos alunos com necessidades especiais.

A pedagogia da exclusão é uma característica das escolas do Brasil e de outros países adotada por anos. Com base na incapacidade intelectual, sensorial, emocional e física, o imaginário social leva a crer que os alunos com alguma dificuldade equivalem à incapacidade como um todo.

A saída para essa constatação foi a criação de espaços de atendimento segregados, materializados na forma de asilos, orfanatos, hospitais e anos mais tarde em escolas especiais. Com essa medida a sociedade “resolveu” o seu “problema” e retirou do seu convívio as pessoas que de alguma forma não contribuíam para o bom funcionamento da mesma.

A entidade que permaneceu desse período são as escolas especiais, as quais também aperfeiçoaram o seu atendimento, deixando de ser apenas um espaço de segregação e assistencialismo, para um espaço de promoção ao atendimento especializado, informação à sociedade acerca das necessidades dos alunos, acolhimento e orientação às famílias e às escolas regulares e de processo de inclusão de alunos, uma vez que a escola especial é integrante da regular e não a parte desta.

O documento “Educar na diversidade” coloca que, além do movimento mundial para desenvolver e aplicar espaços educacionais inclusivos, países do Mercosul também estão realizando projetos que garantam acesso e permanência de alunos no sistema de educação básica.

Dessa maneira, os sistemas educacionais deverão adaptar-se às necessidades especiais de cada aluno, respeitando o seu ritmo de aprendizagem, assegurando a matrícula e permanência desse aluno com qualidade, não exigindo dele modificar-se para se incluir na escola, e sim o oposto.

Ações trabalhistas

A Lei 8.213, de 25 de julho de 1991, dispõe no artigo 93, sobre a contratação de portadores de necessidades especiais, que toda empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção.

Tabela 1 – Relação entre quantidade de funcionários e porcentagem de pessoas com deficiência

Quantidade de funcionários na empresa	Porcentagem de pessoas com deficiência
até 200 funcionários	2%
de 201 a 500 funcionários	3%
de 501 a 1 000 funcionários	4%
de 1 001 funcionários em diante	5%

Dessa maneira, temos de um lado empresas à procura de pessoas com alguma limitação interessadas em compor a sua equipe, seja por uma iniciativa em cumprir a lei, seja por uma tomada de decisão destas sem necessariamente estarem presas à lei, e de outro, sujeitos com necessidades especiais à procura de uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Especialistas colocam que a dificuldade em promover esse encontro tem muitos dados desfavoráveis, entre eles:

- o despreparo das empresas em conhecer as necessidades e os potenciais do trabalhador com alguma limitação;
- a falta de investimento das empresas em adaptações materiais e na contratação de especialistas que possam assessorar o trabalhador com alguma necessidade;
- o despreparo com que muitos candidatos à vaga chegam ao mercado de trabalho, no que diz respeito à capacidade técnica que o cargo exige.

Nesse panorama vemos muitos profissionais com necessidades especiais ocupando cargos mais simples nas empresas, que exigem menor qualificação e que conseqüentemente pagam menores salários.

Texto complementar

Educação inclusiva ou integração escolar?

Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas

(BEYER¹, 2006)

Este texto serve como espaço de reflexão sobre o que hoje conhecemos no Brasil como educação inclusiva. A finalidade principal das minhas consi-

¹ PhD em Educação pela Universidade de Hamburgo-Alemanha. Professor da Faculdade de Educação do Departamento de Estudos Especiais/UFRGS.

derações a respeito é ampliar a compreensão em torno das diferenças mais sensíveis entre os projetos de inclusão e de integração escolar. Unanimidade sem dúvida não há em torno do emprego dos dois conceitos, tanto do ponto de vista das expressões empregadas como do seu significado para os sistemas escolares.

A análise que passo a fazer terá como ponto-chave, ou aspecto polarizador, o conceito da educação inclusiva. A educação inclusiva surgiu, ou, melhor posto, evoluiu como conceito e proposta institucional, ao longo dos anos 1990, particularmente com os avanços provocados pelos dois encontros internacionais, que marcaram as discussões correspondentes. Esses encontros foram a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha, de onde se originou o importante documento, a Declaração de Salamanca.

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, não apenas como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, é fundamental uma pedagogia que se dilate ante as diferenças do alunado.

Historicamente, não há como traçar linhas descontínuas entre o projeto da integração escolar (ou educação integradora, como preferem alguns) e o projeto da educação inclusiva. Entendo haver, antes, uma evolução conceitual derivada das múltiplas experiências, desenvolvidas em vários países do mundo, resultando no amadurecimento do que deveria ser um processo pedagógico que contemplasse coerentemente as demandas da educação dos alunos com necessidades especiais nas escolas do ensino regular. Pode-se pensar, antes, numa linha histórica contínua em que encontramos faixas de transição entre uma educação que, de integradora, passa a ser inclusiva.

Do ponto de vista semântico, talvez sejam levantadas restrições para o uso da palavra *inclusão*. Confesso que meu primeiro contato com essa palavra deixou-me com várias dúvidas e com restrições ao termo. Incluir, afinal, não é colocar algo (quase mecanicamente) para dentro? O Novo Dicionário

Aurélio da Língua Portuguesa (1986, p. 931) define da seguinte maneira tal termo:

Ato ou efeito de incluir (antônimo: *exclusão*). Relação existente entre a classe que é espécie e a classe que é gênero. Relação entre dois termos, um dos quais faz parte ou da compreensão ou da extensão do outro. (cf. *inerência*). Ato pelo qual um conjunto contém ou inclui outro.

Analisando tais definições, fica evidente – novamente, sob o prisma semântico – que todo membro “incluído” está em relação de qualidade com o conjunto que o acolhe. Usando um exemplo muito simples, um abacate não pode ser considerado como parte do conjunto de frutas bananas, pois seus atributos não são compatíveis com tal conjunto. A pergunta que surge, então, é como devem ocorrer as relações entre um membro “incluído”, no caso um aluno com necessidades educacionais especiais, e o conjunto que o acolhe, no caso a escola do ensino comum.

Nesse sentido, estar incluído é aprender como as demais crianças aprendem? Numa relação de pertencimento, em gênero e número, uma criança surda ou uma criança com deficiência mental precisa abdicar de suas formas próprias de pensar ou aprender? Nessa linha de pensamento, penso que devemos discordar da definição de inclusão que provoca a desconsideração das diferenças entre as crianças, obrigando-as, por meio de um currículo inflexível ou hegemônico, a comportarem-se e a aprenderem conforme a maioria o faz.

Retornando à relação feita acima, no sentido da evolução dos conceitos, percebemos muito mais a aproximação do conceito de integração – como este tem sido interpretado à luz das experiências escolares de inserção no ensino comum dos alunos com necessidades especiais – ao significado da palavra inclusão (conforme explicitado nos parágrafos anteriores).

O que as experiências de integração escolar têm nos evidenciado, desde os anos 1960, até o período atual (penso que o fato da formalização da educação inclusiva ao longo dos anos 1990 não tem garantido, nos sistemas escolares, ações pedagógicas à altura do paradigma inclusivo), é que em muitas situações propomos a educação inclusiva e temos uma prática de integração escolar.

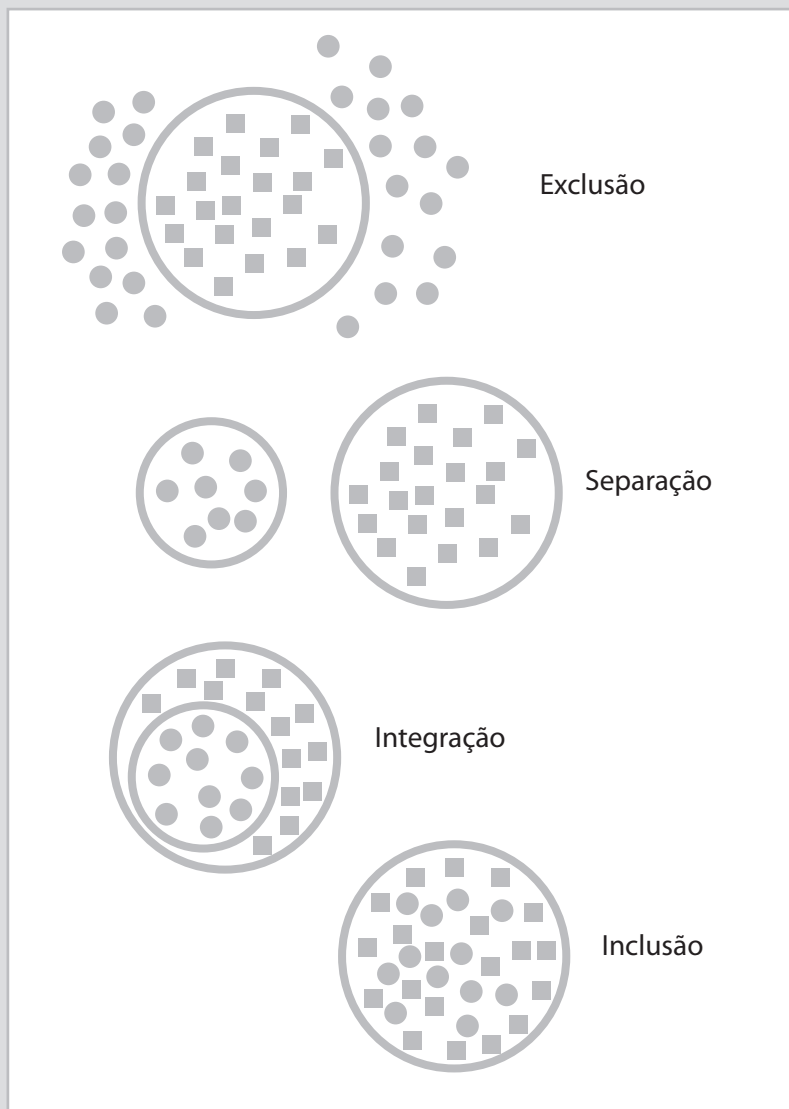
Como tem sido definida a integração escolar teoricamente e na prática escolar? Podemos invocar, aqui, o conceito de *mainstreaming*, estabelecido através do *Individuals with Disabilities Education Act* (IDEA)², nos Estados Unidos, entre os anos de 1977 e 1978, em que se propõe a educação conjunta de crianças com e sem deficiência. A proposta é boa, e, já por essa data, outros países (Dinamarca, Noruega, Itália, Alemanha) tentavam colocar em prática tal ideia no meio escolar, entretanto, apenas com relativo sucesso.

O grande equívoco ou inadequação da proposta e prática da integração escolar (voltando à questão semântica, nada contra a palavra *integração*, que me parece mais harmônica com a ideia de um processo de adequação horizontal do meio escolar às demandas pedagógicas decorrentes das necessidades especiais do que o – aparentemente – mecânico ou vertical conceito de *inclusão*) ou da educação integradora consiste na demasiada sobrecarga do sucesso da proposta sobre os esforços de alguns: o/a heroico/a e sacrificado/a professor/a, a criança e suas condições pessoais de adaptação, a capacidade da família em dar o suporte necessário, e assim por diante.

Assim, quais são os principais aspectos diferenciadores entre os conceitos pedagógicos, não semânticos, da educação inclusiva e da integração escolar? Esse último conceito partiria da premissa de que haveria dois tipos principais de crianças, as crianças “com necessidades educacionais especiais” e as “sem necessidades educacionais especiais”. No anseio dos defensores do movimento de integração escolar de inserir no ensino comum as primeiras, tais educadores acabaram por provocar indiretamente o surgimento de dois grupos de alunos: os que se encontram acolhidos no sistema escolar, e devidamente contemplados nele, e outros que permanecem ou permaneciam fora do sistema e que constituem alvo do movimento de integração.

O quadro a seguir ilustra os diferentes momentos históricos que marcaram as ações do sistema escolar, no sentido de aproximar gradualmente as crianças com necessidades especiais da escola comum (<<http://de.wikipedia.org/wiki/Inklusive>>), gerando-se, por meio de diferentes situações, graus diferenciados de aproximação das crianças ditas especiais das “normais”.

Quadro 1 – Ato educacional das pessoas com deficiência



Legenda: pontos redondos = pessoas com necessidades especiais;
pontos quadrados = pessoas ditas normais;
círculo grande = sistema escolar regular;
círculo pequeno = sistema escolar especial.

O projeto pedagógico inclusivo busca escapar dessa dicotomia, ou seja, objetiva não produzir uma categorização “alunos com e sem deficiência, com e sem distúrbios, com e sem necessidades especiais” (a adjetivação é ampla e flutuante, conforme os vários diagnósticos possíveis). Para tal abor-

dagem educacional, não há dois grupos de alunos, porém apenas crianças e adolescentes que compõem a comunidade escolar e que apresentam as necessidades mais variadas.

Muitas dessas necessidades são compartilhadas por vários alunos e compõem as necessidades gerais do alunado da escola. Porém, há um grupo de alunos que apresentam algumas necessidades diferenciadas dos demais, singulares, que demandam metodologias e procedimentos pedagógicos apropriados, para que seu processo de aprendizagem não seja prejudicado.

Chegamos, assim, ao aspecto que, em minha opinião, também embasado no aporte de Wocken (2003), constitui a centralidade tanto da definição da educação inclusiva como dos princípios que podem ou devem garantir o sucesso da prática pedagógica inclusiva: (a) a promoção da convivência construtiva dos alunos (aprendizagem comum); e (b) a consideração das especificidades pedagógicas dos alunos com necessidades especiais (BEYER, 2006).

A escola que se pretende inclusiva, em cujo espaço não existem campos demarcados, do tipo aqui estão os alunos “normais” e ali os “especiais” ou os “incluídos”, como se escuta com frequência, põe em construção uma pedagogia que não é nem diluída, ante as necessidades educacionais especiais de alguns alunos, nem extremamente demarcada ou terapêutica, em que se acaba por acentuar as distinções pessoais.

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender aos alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem correspondentes requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isso sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. Ao contrário, pondo em andamento, na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um.

Dica de estudo

Acesse o site <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Nele você encontrará as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, documento que apresenta essas ações na íntegra.

Atividades

1. O que significa um estado democrático quando nos referimos aos portadores de necessidades especiais?

2. Quais são os benefícios do atendimento das escolas especiais?

3. Quais são as maiores dificuldades que as empresas enfrentam na contratação de sujeitos com necessidades especiais?

Gabarito

1. Um estado democrático só se configura como tal quando propicia aos seus integrantes acesso e permanência aos bens culturais, econômicos e educacionais comuns a todos, sem restrição de qualquer ordem. É o que chamamos de sociedade inclusiva.
2. Espaço de promoção ao atendimento especializado, informação a sociedade acerca das necessidades dos alunos, acolhimento e orientação das famílias e as escolas regulares e de processo de inclusão de alunos.

3.

- o despreparo das empresas em conhecer as necessidades e os potenciais do trabalhador com alguma limitação;
- a falta de investimento das empresas em adaptações materiais e na contratação de especialistas que possam assessorar o trabalhador com alguma necessidade;
- o despreparo que muitos candidatos à vaga chegam ao mercado de trabalho, no que diz respeito à capacidade técnica que o cargo exige.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: direito à diversidade**. In: Ensaaios pedagógicos do III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. MEC/SEESP, 2006.

BEYER, Hugo. O. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

DEFICIENTE ONLINE. **Lei 8.213 de 25 de julho de 1991**. Disponível em: <www.deficienteonline.com.br/lei-n-8-213-leis-e-normas-conheca-as-leis-e-normas-para-o-trabalhador-deficiente___37.html>. Acesso em: 28 out. 2010.

DUK, Cynthia. **Educar na Diversidade**: material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2005.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2010.

WOCHEN, H. **O Futuro da Educação Especial**. Texto completo no CD do III Congresso Internacional Lassalista. Canoas: UNILASALLE, 5 a 07/11/2003.

